



Jornal FNE Edição 94 – Mar/10

Nesta edição, Engenheiro traz importante notícia da posse da diretoria que ficará à frente da FNE na gestão 2010-2013. Marcada para 18 de março, às 15 horas, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, a cerimônia será a reafirmação do compromisso com a defesa da categoria e a luta pelo desenvolvimento nacional. Reeleito presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro destaca ainda o engajamento da entidade às lutas gerais dos trabalhadores, como a que reivindica a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Ainda no campo sindical, o encontro realizado em Fortaleza, em 8 de fevereiro, entre o secretário executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, André Figueiredo, e os profissionais liberais.

Em matéria de capa, uma questão fundamental para se garantir qualidade, segurança e economia às obras e projetos de engenharia: a batalha pelo fim do pregão como forma de contratação nesses casos. Especialistas defendem que se dê prioridade à capacidade técnica e não ao preço, já que o barato pode sair caro.

Em entrevista, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander fala sobre os novos desafios da Revolução Bolivariana e as dificuldades que Hugo Chávez tem pela frente. Na seção C&T, o uso de plástico reciclado na construção civil ganha cada vez mais espaço.

E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Dirigir uma entidade com o peso do Sindicato dos Engenheiros, muito mais do que abrir caminho para as justas reivindicações da categoria, garantindo o respeito aos seus direitos, embute inúmeras outras incontáveis responsabilidades.

Significa a necessidade de ampliar a exposição da engenharia como profissão e como classe e também como condutora do progresso, da modernização e, por que não dizer, dos mais diversos aspectos do dia a dia da população.

Após cerca de três anos acumulando o cargo de presidente do sindicato em Santa Catarina ao de trabalhador do serviço público, à frente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, constatei de forma definitiva o quanto as incontáveis aparições na mídia – inevitáveis nesse tipo de cargo – representaram para que a engenharia obtivesse uma exposição altamente positiva, como meio de resultados e propagadora de soluções técnicas essenciais para gerar mais qualidade de vida.

Sempre mantendo as atividades normais no sindicato, contabilizei pessoalmente, desde o ingresso no serviço público em outubro de 2007 até o dia 31 de dezembro de 2009, mais de 12 horas de participação em programas de televisão. Somaram-se a tudo isso quase quatro horas apenas no período de 5 de janeiro a 15 de fevereiro deste ano, quando pessoalmente conduzi a coordenação do Carnaval em Florianópolis, substituindo de forma emergencial o secretário de Turismo.

Mas o principal fruto colhido não foi, em absoluto, tornar-me conhecido por estar presente diariamente nas várias emissoras de TV, além de jornais, rádios e Internet, mas sim mostrar a engenharia em ação. A população pode identificar que o trabalho no serviço público embute uma formidável logística de engenharia, sendo possível mostrar a importância do trabalho desempenhado, desde a estratégia, passando pela organização das licitações, até a parte braçal propriamente dita. Naquela ocasião, a sociedade acompanhou a grande obra que colocou, só para citar um único exemplo, a passarela do samba da capital de Santa Catarina em perfeitas condições de receber uma das mais importantes festividades do ano, da qual participaram milhares de pessoas, com segurança e sem um único incidente ou ocorrência policial.

Hoje, não tenho qualquer dúvida de que a engenharia e o serviço de atendimento à população estão intimamente relacionados, gerando uma relação de confiança quase impensável em outros tempos. Orgulho-me por ter tido a invejável possibilidade de fazer a minha parte para mostrar à sociedade o quanto um engenheiro pode representar a diferença.

E isso veio para somar ao cargo de presidente de sindicato, no qual muitas vezes precisamos de muita luta para registrar avanços, mas também podemos nos orgulhar pela participação ativa em todas as grandes questões estruturais do País e do Estado, comprovando o cumprimento da missão institucional da nossa entidade, bem como de todos os compromissos firmados com a engenharia catarinense.

José Carlos Rauen é presidente do Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina e secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis.

ENGENHARIA

Bandeira antiga de entidades da engenharia e arquitetura no Brasil, a não utilização dos pregões para contratação de projetos e obras está amparada em diversos acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União e decisões do Ministério Público. Tais enunciados definem que esses não são serviços comuns, como por exemplo a colocação de uma divisória ou de um piso e a instalação de um aparelho, como ar condicionado. Portanto, não se enquadram na modalidade, que não se aplica a obras de engenharia, conforme determinam as próprias leis de licitações (nº 8.666/1993) e do pregão (nº 10.520/2002). A análise é feita por Janice Ariane Heineck, presidente da Aeabb (Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Banco do Brasil).

A entidade avaliou os instrumentos legais e montou documento para amparar sua argumentação contra o uso de pregões para licitação de obras e projetos de engenharia e arquitetura previstos em editais em preparação pelo Banco do Brasil. A contratação seria para execução de reformas de agências, incluindo empreendimentos civis de até 300m. “Envolve obra grande, às vezes é como se estivesse até construindo prédio novo”, pondera.

Assim, afirma: “Gostaríamos que houvesse entendimento de todos os órgãos que a modalidade não seria a mais adequada.” Ela reitera: “Não se trata de serviços comuns, esse é o cerne da questão. Obras e serviços de engenharia requerem conhecimento, produção intelectual, ou seja, o procedimento mais correto é aquele que privilegia a boa técnica e a qualidade, propiciando vida útil da obra. Vai ter menos manutenção e vai se manter como coisa pública beneficiando a sociedade.” Do contrário, pode haver atrasos na entrega, riscos de acidentes e mau uso do dinheiro público. “Se as obras não forem bem executadas, entendemos que haverá prejuízos.”

Privilegiar a competência

A situação pode ainda se agravar, pois tramita no Senado o Projeto de Lei nº 7.709/2007, que altera dispositivos da norma relativa a licitações e institui o pregão eletrônico como prioritário à contratação de empreendimentos e serviços públicos. O temor é que, com sua aprovação, se avalize a medida já utilizada comumente, ao arrepio da legislação atual. Para José Roberto Bernasconi, presidente do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva), o desrespeito ocorre no mínimo por ingenuidade e má interpretação, ou por má-fé.

Tanto ele quanto Heineck defendem o predomínio da melhor técnica sobre o preço na contratação. “Capacitação e conhecimento acumulado não são medidos pelo valor, o preço não pode ser o elemento de decisão”, ressalta o primeiro. Inverter essa lógica, na sua opinião, é um erro fundamental, com consequências na qualidade, segurança, controle de prazos e custos. “A ideia de licitar pelo menor preço em menor prazo pode resultar em paralisação da obra pelo Tribunal de Contas, a sistemática está equivocada”, continua.

De acordo com Heineck, os argumentos usados para uso do pregão, de celeridade, economia e garantia da lisura no processo, não se sustentam. “Planejamento adequado aliado à gestão do tempo e à questão da qualidade é que garantem economia. De outra forma, a execução pode inclusive demorar muito mais.” Bernasconi acrescenta: “Detalhamento técnico, quantificação correta de material e serviços, concreto de qualidade e resistência é que vão culminar em redução de gastos. O projeto completo traz a previsão de quanto vai custar a obra e o cronograma, dimensiona o impacto ambiental, otimiza o traçado e permite avaliar os riscos e preveni-los. É o DNA do empreendimento, em que constam todas as especificações, os desenhos das instalações hidráulicas, elétricas, o memorial descritivo.” Num leilão, normalmente, nada disso é levado em conta, inclusive porque quem está à frente é leigo e não tem sequer condição de avaliar esses pontos.

Quanto à alegação de lisura, para a presidente da Aeabb, há outras alternativas para tanto, como habilitação para participação da licitação normal de acordo com apresentação dos próprios projetos básicos e orçamentos adequados. “Isso seria mais que suficiente, porque permitiria ver se a empresa é séria ou não, sem os riscos do pregão.” Entre eles, o de afastarem-se companhias habilitadas, uma vez que o custo irreal poderia inviabilizar sua presença e atrair eventuais “aventureiras”.

Bernasconi lembra que durante os Jogos Pan-americanos partiram de R\$ 400 milhões para execução dos empreendimentos e foram gastos R\$ 3 bilhões. “E o entorno continuou deteriorado.” O exemplo negativo ilustra que, como frisa ele, “o leilão é um método execrável e inadequado para se contratar serviços técnicos de natureza intelectual, como o são os de engenharia”. Contra essa tática, ele afirma que o Sinaenco tem entrado semanalmente com mandados de segurança. Heineck enfatiza que a luta da Aeabb para barrar o uso de pregão pelo Banco do Brasil – pela primeira vez – visa impedir que, com esse flanco, o torto caminho venha a ser alargado.

SINDICAL I

Eleita durante o VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), em setembro último, para o mandato 2010-2013, a nova diretoria da FNE tomará posse em 18 de março (veja composição ao lado). A cerimônia ocorrerá no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em

Brasília, a partir das 15h. Reconduzido ao cargo de presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro aponta: “A nova gestão continuará a levar as bandeiras da defesa dos engenheiros em todo o Brasil, lutando pela sua valorização profissional, garantia de boas condições de trabalho e justa remuneração, inclusive com o respeito à lei que estabelece o piso profissional.” Ele continua: “Fundamental também é a manutenção do projeto ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento’, que segue sendo o nosso instrumento de mobilização pelo desenvolvimento. Além disso, a federação está unida ao movimento sindical em suas grandes lutas, como a redução da jornada de trabalho, a ratificação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que proíbe a demissão imotivada, e a valorização do salário mínimo.” E aos profissionais liberais em particular, como acrescenta ele, por meio da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), “que a FNE ajudou a fundar”.

Sobre o “Cresce Brasil”, cuja ênfase consta como prioritária nas diretrizes de trabalho da nova gestão, Pinheiro destaca: “O projeto foi atualizado e teve sua nova edição aprovada durante o VII Conse. Nessa versão, incluímos questões estratégicas para o desenvolvimento brasileiro, como as reservas de petróleo na camada do pré-sal, a Amazônia e a engenharia pública. E claro, as questões econômicas envolvendo a crise de 2008 e sua superação no País.” Ele lembra que, com seu lançamento inicial, em 2006, a FNE contribuiu para colocar em pauta a necessidade de retomar o crescimento, à época em patamares pífios. “O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), primeira medida governamental coordenada pelo desenvolvimento em muitos anos, foi reflexo desse anseio que a sociedade já manifestava, ao qual o ‘Cresce Brasil’ deu consistência, com propostas concretas e factíveis.” Agora, conforme complementa, a ideia é divulgar o novo documento e debatê-lo com a sociedade, parlamentares, movimento sindical e outras organizações. Neste ano eleitoral, como foi feito em 2006, a FNE apresentará seu projeto a todos os candidatos a presidente e a governador, “para que incluam as propostas dos engenheiros em seus programas de governo”. Pinheiro vaticina: “O objetivo é persistir na mobilização para que haja progresso no País e esse se traduza em melhores condições de vida para toda a população.”

Mais engenheiros

Para tanto, o Brasil precisa resolver o déficit anual de engenheiros, já constatado em vários setores essenciais e que tem sido pauta da imprensa. O problema, de que se houvesse crescimento faltariam profissionais, foi alertado pela FNE já em 2006. “Foi o que ocorreu. Para resolver a escassez, defendemos que sejam resgatados para o mercado de trabalho aqueles que haviam abandonado a profissão durante o longo período de estagnação econômica, garantir que os estudantes que entrem nos cursos de engenharia cheguem até o final – hoje, ingressam 140 mil e apenas 40 mil se formam – e incentivar os jovens a optarem pela engenharia”, explicita ele.

Com a pretensão de contribuir nesse sentido, a entidade produziu um vídeo intitulado “Mais engenheiros para construir o Brasil”, com duração de cerca de 20 minutos. Voltado aos estudantes do segundo grau, apresenta a profissão e mostra as possibilidades de atuação e

perspectivas futuras. “Distribuído aos nossos sindicatos filiados, a proposta é que seja exibido nas escolas em todo o País”, conclui Pinheiro.

Ainda nessa linha, está prevista entre as diretrizes da FNE a atuação junto ao Governo Federal “na definição e implementação de uma política de incentivo à oferta do primeiro emprego para engenheiros recém-formados, com metas definidas”.

O plano plurianual de trabalho da federação inclui também o monitoramento das ações do PAC, a exemplo do que já vem sendo feito pela entidade, e a atuação intensa em prol de reformas estruturais e conjunturais no País. E o incentivo à criação e ampliação dos conselhos tecnológicos nos sindicatos de engenheiros.

Gestão 2010-2013

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Maria de Fátima Ribeiro Có

Diretor financeiro

Carlos Bastos Abraham

Diretor financeiro adjunto

Luiz Benedito de Lima Neto

Diretor administrativo

Antônio Florentino de Souza Filho

Diretor administrativo adjunto

Manuel José Menezes Vieira

Diretor de Relações Internas

Augusto César d Freitas Barros

Diretora de Relação Institucionais

Maria Odinéa de Melo Ribeiro

Diretor operacional

Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretores regionais

Norte

Sebastião Aguiar Fonseca Dias

Nordeste

José Ailton Ferreira Pacheco

Centro-Oeste

Cláudio Henrique Bezerra Azevedo

Sudeste

Clarice Maria de Aquino Soraggi

Sul

José Luiz Bortoli Azambuja

Conselheiros fiscais

Efetivo

Thereza Neumann Santos de Freitas

José Carlos Rauen

Arthur Chinzarian

Suplentes

João Alberto Rodrigues Aragão

Lincoln Silva Américo

Representantes na CNTU

José Luiz Lins dos Santos (titular)

Wissler Botelho Barroso (suplente)

SINDICAL II

Representantes dos engenheiros, médicos, odontologistas, economistas e farmacêuticos reuniram-se no dia 8 de fevereiro, em Fortaleza, com o secretário executivo do Ministério do

Trabalho e Emprego, André Figueiredo. Promovido pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), o encontro foi uma oportunidade para que ele fizesse um balanço das ações da pasta. “É indispensável essa interlocução entre as entidades e o Governo. Esse sozinho não vai resolver tudo, é preciso participação da sociedade civil”, salientou o secretário ao dar início a sua apresentação.

Ele comemorou a marca de 1 milhão de empregos gerados em 2009 e a expectativa de dobrar esse resultado em 2010. “O Brasil foi o último a entrar na crise e o primeiro a sair dela. Nossa imagem no exterior hoje é muito positiva, não mais só pelo futebol, mas por ações como o combate ao trabalho infantil e escravo”, ressaltou.

Figueiredo lembrou ainda a importância de aprimoramentos aos programas sociais, como o projeto de oferecer qualificação profissional aos beneficiários do bolsa-família e inseri-los no mercado nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). “Será um pacto entre as empresas de construção e o Governo”, disse. Outra iniciativa, afirmou, é a ação de microcrédito a pequenos empreendedores que, em 2009, tomaram cerca de R\$ 2 bilhões em financiamentos de até R\$ 1.000,00 cada.

Mais uma vitória, segundo o secretário, foi a recuperação do salário mínimo, que corresponde atualmente a cerca de US\$ 300. “Lembro-me quando nosso sonho era atingir US\$ 100.”

De acordo com Figueiredo, o MTE também tem envidado esforços para que os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) sejam aplicados em geração de emprego e fortalecimento do mercado interno.

O secretário também ressaltou o esforço em agilizar os processos de registro sindical, o que, no passado, era muito moroso. Conforme ele, apesar da demanda de 60 a 70 pedidos semanais e um estoque de 1.800 aguardando solução, já se conseguiram avanços. Para tanto, foram alocados mais servidores para dar conta da tarefa e o Ministério tem percorrido o Brasil para atender as entidades nos locais em que estão sediadas. “Nosso objetivo é ter organizações de fato representativas”, afirmou.

Ele aproveitou a oportunidade para manifestar sua satisfação em ver a CNTU atuante. “Sabemos que era uma luta antiga que se tivesse uma confederação forte e fico feliz de vê-la hoje já representando seis categorias.” Ao encerrar o evento, o presidente da FNE e da CNTU, Murilo Pinheiro, também elogiou o trabalho de Figueiredo no cargo: “O secretário fez um trabalho ímpar, de grande importância para todo o Brasil.”

Também prestigiaram o encontro o superintendente regional do trabalho do Ceará, Papito de Oliveira, e a coordenadora-geral de Registro Sindical do MTE, Zilmara David Alencar.

Reivindicações

Durante o encontro, dirigentes das categorias ligadas à CNTU aproveitaram para solicitar o apoio do secretário às suas demandas. José Tarcísio da Fonseca Dias, diretor da Fenam

(Federação Nacional dos Médicos), lembrou a necessidade de haver profissionais com essa formação em todas as localidades do País e de se instituir a carreira de Estado.

Na mesma linha, Thereza Neumann dos Santos Freitas, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará, apresentou a ideia do Programa Nacional de Assistência Técnica no Desenvolvimento Urbano, o que traria a possibilidade de inserir os profissionais do setor tecnológico nos serviços municipais de todo o Brasil.

Raimundo Leopoldo de Menezes, diretor da FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas), afirmou a demanda por remuneração adequada e o projeto de lei em tramitação no Congresso, que estabelece o piso salarial de R\$ 7.000,00 para jornada de 20 horas semanais. O presidente do Sindicato dos Odontologistas do Ceará, Helito Pereira da Silva, levou a Figueiredo a necessidade de fazer valer a cobrança da contribuição sindical àqueles que atuam no serviço militar e no ensino.

Estiveram presentes também os diretores do Sindicato dos Economistas do Estado do Ceará, Joacy da Silva Leite, da FNE, José Luiz Lins dos Santos, e do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, João Carlos Bibbo e Fernando Palmezan Neto.

Cresce Brasil

Na oportunidade, o presidente da FNE, Murilo Pinheiro, entregou ao secretário executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, André Figueiredo, a nova edição do manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em setembro de 2009, por ocasião do VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros). O documento, que atualiza o trabalho de 2006, traz as contribuições dos engenheiros a um plano nacional de desenvolvimento, levando em conta os efeitos da crise econômica e também oportunidades como a trazida pelas reservas de petróleo na camada do pré-sal. Está disponível no site www.crescebrasil.com.br.

SINDICAL III

RS

Mobilização em defesa dos inativos da RFFSA

Após audiência com o senador Paulo Paim (PT/RS) no final de janeiro último, a diretoria do Senge intensificou a mobilização pela integralidade da complementação da aposentadoria à conta da União para os inativos da RFFSA (Rede Ferroviária Federal). Na primeira quinzena de fevereiro, aconteceram reuniões com deputados federais da bancada gaúcha. No dia 8, Marco Maia (PT) recebeu o grupo de representação da Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto

Alegre), em Canoas, com a participação do presidente do Senge, José Luiz Azambuja. Na mesma data, em Porto Alegre, Mendes Ribeiro Filho (PMDB) recepcionou outros representantes dessa companhia e de entidades, tendo à frente os diretores do sindicato Joel Fischmann, Fermin Camison, João Luis Golgo Viana e Jorge Ruschel. No dia 11, o encontro foi com Maria do Rosário (PT). Nessas oportunidades, foi relatado aos parlamentares o problema que está ocorrendo desde janeiro deste ano devido a uma interpretação equivocada das leis 1.278/50, 8.186/91 e 10.478/02. O Derap (Departamento de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos), do Ministério do Planejamento, surpreendeu a categoria ao publicar portaria no final de 2009 que, ao regulamentar a questão, aplicava o complemento apenas ao salário efetivo e aos anuênios.

AL

Pacheco visita o secretário Ricardo Ramalho

No dia 24 de fevereiro último, o presidente do Senge, José Ailton Pacheco, fez uma visita ao secretário municipal de Proteção ao Meio Ambiente de Maceió, Ricardo Ramalho. Na ocasião, discutiram os projetos desenvolvidos por essa Secretaria e os resultados dos trabalhos realizados, entre eles o chamado Maceió Mais Verde, que visa plantar 1 milhão de árvores na cidade. Ao elogiar o plantio, que já chegou a 200 mil árvores, Pacheco disse ser “gratificante ver o secretário obtendo sucesso em sua administração. Afinal, é um profissional da engenharia agrônômica que exerce um cargo de sua competência profissional e tem total afinidade com o meio ambiente”.

AP

Empossada diretoria do Clube dos Engenheiros

A ser comandada por Sérgio Maximiliano Pinheiro Marques de 2010 a 2011, foi empossada no dia 22 de janeiro último a diretoria do Clube dos Engenheiros do Amapá. O Senge apoiou a sua candidatura e os seus associados aprovaram por unanimidade sua indicação. Ao suceder Eduardo Moura, o presidente eleito disse: “Pretendemos viabilizar um plano de trabalho mais extensivo à classe, além, é claro, de realizar ampla campanha para conquista de novos sócios, já que atualmente, segundo informações preliminares, temos somente 62 registrados na Secretaria do clube. Esse número é muito baixo diante da nova realidade que se descortina com o surgimento no Amapá de novas instituições de ensino superior e, em consequência, de mais cursos de engenharia.” Para o presidente do Senge, Lincoln Silva Américo, “as proposições agradaram sobremaneira, porque estão justapostas com os objetivos da entidade representativa da categoria no Estado”. “Os projetos do Marques conquistaram a confiança dos engenheiros”, resumiu.

MA

Disciplina ministrada pela entidade é reivindicada

Os alunos do sétimo período do curso de Engenharia Ambiental do Uniceuma (Centro Universitário do Maranhão) Saulo Arouche, André Barros e Nathália Almeida se reuniram com a diretoria do Senge em 10 de fevereiro último para conhecer a disciplina Engenharia, Sociedade e Segurança do Trabalho, que esse sindicato oferece na Universidade Federal do Maranhão aos estudantes de engenharia elétrica e química, e para solicitar que o Uniceuma seja parceiro da entidade. Os alunos agendaram para 5 de março um encontro entre os diretores do Senge e o coordenador do curso, Mário Goto.

RR

Audiência pública sobre Código Florestal

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP) foi recebido por lideranças em Boa Vista, Roraima, em 6 de fevereiro último, onde realizou audiência pública para discutir a reforma do Código Florestal. O presidente do Senge, Willams Lopes Pereira, reuniu-se com o parlamentar e, em nome do sindicato e também como representante da FNE, abordou os pontos a serem discutidos na audiência e as perspectivas à sociedade local. Na ocasião, o deputado informou que a comissão especial que analisa esse código faz audiências pelo País para obter opiniões diversificadas, buscando atender o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente. Rebelo manifestou ainda preocupação maior com Roraima, porque o Estado já perdeu uma parcela importante de seu território devido a demarcações de terras indígenas e questões ambientais.

PI

Senge homenageia parlamentares

Devido aos trabalhos de parcerias e contribuições ao sindicato e à engenharia em prol do desenvolvimento da região, o Senge homenageou o deputado estadual Antônio Uchoa (PDT) e a vereadora de Teresina Teresa Britto (PV). O ato aconteceu em 10 de dezembro, véspera do Dia do Engenheiro. Uchoa é autor do projeto indicativo de lei que regulamenta o salário mínimo profissional dos engenheiros no Estado, garantindo o seu pagamento como prevê a Lei 4.950-A. Esse foi aprovado na Assembleia Legislativa e encaminhado ao governador para transformá-lo em projeto de lei. Baseada nessa legislação, Brito assumiu a defesa da proposta que estabelece o mínimo aos engenheiros do município e levou-a à Câmara Municipal, que já a aprovou como indicativo de PL, entregue ao Prefeito.

MT

Nova gestão do sindicato toma posse

Ocorreu no dia 5 de fevereiro último a solenidade de posse da diretoria eleita para o triênio 2010-2013. Estarão sob o comando de Luiz Benedito de Lima Neto os diretores Emanuel Jesus Daubian Costa (secretário); Roosevelt Alves Filho (tesoureiro); Maristela Mitiko Okamura (social). Como suplentes, estão Fernando Augusto Carvalho Rangel, Francisco José Alcântara de Campos, Noé Rafael da Silva e Érico de Mello Campos. Integram o Conselho Fiscal Joaquim Paiva de Paula, Roberto Luiz Correa da Costa e Edinete Ferreira Guimarães de Moraes (titulares) e Mario da Silva Saul, Carlos Alberto Simões e Joel Monte da Cruz (suplentes). Como delegados representantes da FNE, Emanuel Jesus Daubian Costa e Luiz Benedito de Lima Neto.

ENTREVISTA

Cumprindo seu terceiro mandato à frente do Governo venezuelano – para os quais foi eleito democraticamente –, Hugo Chávez pode enfrentar dificuldades políticas mais sérias e amargar uma derrota em 2012. Essa é a avaliação do sociólogo Edgardo Lander, professor da Universidade Central da Venezuela e membro do Clacso (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais). Numa posição de apoio aos avanços sociais do País, mas de crítica ao estilo centralizador do presidente e à ineficiência na gestão pública, ele vê a primeira ameaça à primazia chavista nas eleições parlamentares de setembro próximo, que a oposição deve disputar de forma unitária. Dificuldades como a crise no setor elétrico e a dependência do petróleo também podem atrapalhar os planos da Revolução Bolivariana. Na cidade de Porto Alegre, para participar do Fórum Social Mundial 2010, ele falou ao Engenheiro.

A Venezuela começou o ano lidando com inúmeras dificuldades, inclusive a renúncia do vice-presidente Ramón Carrizález, em 25 de janeiro. O chavismo enfrenta uma crise política?

Na verdade, tem pouca importância a renúncia do vice-presidente, porém há outros temas, não totalmente políticos, mas ligados à economia do País, de grande relevância. Há problemas com relação à capacidade de gestão pública. A Venezuela é um Estado relativamente rico, mas muito precário. Isso não é um elemento do chavismo, vem de muito antes, mas na medida em que há participação crescente do Estado na economia, isso se torna mais significativo. Algumas empresas funcionam bem, outras não, devido principalmente à sobreposição da política aos aspectos técnicos.

A crise no setor elétrico faz parte desses problemas?

Neste momento, a Venezuela tem uma severa crise no setor elétrico. Entre os motivos, está a seca que reduziu a reserva da represa El Guri, responsável por 70% do abastecimento. Porém, houve falta de planejamento e manutenção. Há responsabilidade da gestão pública, que é limitada, débil. Há uma ideia de ter quadros comprometidos politicamente, mas seria preciso combinar isso com a capacidade técnica. Agora, o País passa por um racionamento de energia que terá que reduzir em 30% o consumo, atingindo o comércio e a indústria.

Qual a situação em relação ao câmbio, que levou à desvalorização do bolívar?

A Venezuela tem, faz um século, uma patologia do modelo produtivo concentrado no petróleo. Instalou-se historicamente uma sobrevalorização da moeda devido à entrada de dólares. Ao mesmo tempo, outros produtos nacionais não encontram mercado para exportação porque os custos internos são muito elevados. É a doença holandesa. Desde 2005, devido a uma fuga maciça de capitais, o Governo instalou o controle do câmbio com uma paridade fixa da moeda em 2,15 bolívares por dólar. Irreal, gerou-se uma negociação paralela com o dólar bem mais caro. Agora, estabeleceu-se um duplo controle. Uma cotação a 2,60 bolívares para itens essenciais, como maquinário, alimentos, remédios, e outra de 4,30 para os considerados supérfluos. Espera-se que a mudança vá reduzindo o mercado negro e aumente a receita pública, mas tem um efeito inflacionário imediato. As importações devem encarecer 60%. Causou também uma corrida às compras com o receio de desabastecimento e aumento de preços. O Governo então aprovou uma lei que permite a expropriação de empresas que estejam especulando. A decisão certamente gera conflitos. De todo modo, era preciso fazer algo, mas há que se avaliar se se toma uma medida de forma coordenada com um plano articulado de fomento à produção e exportação etc. ou como meramente conjuntural.

Em meio aos apuros econômicos, como fica o processo de participação popular, que tem sido marca do chavismo?

Isso é caracterizado por uma profunda esquizofrenia. Há duas lógicas em relação à democracia. Por um lado, há a participação popular, com os conselhos comunais, uma organização de base muito importante que tirou as pessoas da apatia, do ceticismo, do pessimismo e as colocou em uma situação de maior dignidade, de serem capazes de se organizar e discutir. Isso é real e é importante. Por outro lado, isso vem acompanhado de um padrão de governo muito centralizador. A forma como se tomam as decisões é absolutamente vertical, o que socapa a legitimidade da prática democrática. O problema na Venezuela é que nestes tempos de Chávez houve um crescimento muito grande na organização popular. Mas boa parte disso foi promovida a partir do Estado. Então, não é suficientemente autônoma para construir um projeto alternativo. Os conselhos comunais são muito importantes. Contudo, se eles são algo da sociedade, é uma coisa. Outra diferente é se são dos chavistas, porque aí se tornam correia de transmissão do partido e excluem uma grande parcela da população.

Isso enfraquece Hugo Chávez diante da oposição?

A oposição venezuelana aprendeu muito com seus erros do passado, não está agindo mais de forma imediatista. Na última eleição parlamentar, ela se retirou, imaginando que causaria uma grande crise política. Não aconteceu nada, e a Assembleia Nacional ficou 100% nas mãos de Chávez. Agora, em setembro próximo, deve participar de forma muito unitária, e o Governo pode perder. Além disso, a capacidade convocatória de Chávez se reduziu devido a um certo cansaço da população, gerado pelos serviços ineficientes e os problemas da vida cotidiana. O tema da segurança é muito sério, e o Governo não foi capaz de responder a isso. E há falhas no setor de saneamento, com a coleta de lixo e o abastecimento de água.

Diante disso, que Venezuela pode sair das eleições parlamentares?

Há uma grande incerteza, especialmente devido à crise, à inflação etc.. Se a oposição ganha as eleições, o que é uma possibilidade concreta, muda o panorama político. Há uma quantidade de decisões que precisam passar pelo Parlamento e será necessário negociar. Certamente, haverá gente no chavismo que dirá: “isso é uma revolução, vamos esquecer a Assembleia e seguir em frente”. Isso não está colocado neste momento, mas é uma possibilidade. Por outro lado, há quem acredite que o melhor que pode acontecer é o Governo perder as eleições, porque terá que admitir que há problemas, fazer uma autocrítica, enxergar a necessidade de incorporar outros setores à sua base. É possível que um resultado negativo coloque em dúvida a reeleição de Chávez em 2012 e o faça refletir.

*Colaborou Brunna Rosa

C&T

Uma casa com área de 45m², com dois quartos, banheiro, sala e cozinha, ao custo de R\$ 18 mil e montada em dois dias. Feita a partir de uma estrutura metálica resistente a corrosão, a moradia é vedada com fôrmas plásticas de polietileno de alta densidade, preenchidas com espuma de poliuretano, tornando-se uma peça leve, com isolamento térmico e acústico. Dentro dessas placas são colocadas a instalação elétrica e hidráulica e a fixação é feita com perfis de PVC (policloreto de vinila) nos sentidos vertical e horizontal, que garantem rigidez e impermeabilidade.

Após a montagem das placas, é realizado o acabamento interno em gesso, a aplicação de textura, pintura e até a colocação de revestimento cerâmico. Os demais materiais, como portas, janelas e louças, podem ser os convencionais de madeira ou alumínio.

A novidade, desenvolvida pela empresa cearense Impacto Protensão, está em processo de normatização pela Universidade Federal do Ceará, que testa um protótipo. Apesar disso, a inovação já está em uso em outros empreendimentos. “Em Fortaleza, já temos 150 unidades funcionando, entre elas várias salas de aula. Nosso objetivo é ajudar a diminuir o déficit habitacional do País, estimado em quase 8 milhões de moradias”, informa o engenheiro Joaquim Caracas, proprietário da companhia.

Antes de chegar à solução da “casa de plástico”, ele desenvolveu o “plasterit”. Feita 100% de plástico reciclado, é uma placa que substitui o compensado de madeira. Segundo Caracas, o molde de encaixe não requer mão de obra especializada, é leve e fácil de ser manuseado. “O que dois carpinteiros produzem hoje de compensado em 11 horas, dois serventes fazem em 20 minutos. Rapidez é a principal vantagem da tecnologia”, afirma. Outro aspecto favorável é a durabilidade e a falta de desperdícios. “Enquanto o madeirit sofre graves danos para ser desformatado e pode ser utilizado apenas 20 vezes, o plasterit é reciclável, não gera entulhos, pode ser moldado no formato que se deseja e tem até 300 usos”, garante o empresário. A questão ecológica também tem forte apelo na iniciativa: “Evitamos o desmatamento e a queima da madeira, reciclamos qualquer tipo de plástico que vem do lixo e reutilizamos no material produzido.”

A empresa usa o plasterit desde 2007 e já exporta para outras capitais do País, entre elas Rio de Janeiro e Curitiba. “Atualmente, são mais de 350 obras em andamento utilizando essa estrutura. Temos também três patentes no setor e mais nove em andamento”, informa Caracas.

Telha ecológica

Na mesma linha, a Telhas Leve, sediada em Manaus, criou um telhado fabricado a partir de PET (polietileno tereftalato) reciclado. Conforme explica Luiz Antonio Pereira Formariz, um dos sócios do empreendimento, o processo começa com a limpeza do plástico, que passa por várias lavagens. Em seguida, é moído e segue para as máquinas que o derretem e o inserem dentro dos moldes. Cada injetora elétrica leva 30 segundos para fabricar a peça, que pesa cerca de 6kg por metro quadrado, dez vezes menos que as telhas convencionais. Imitando o modelo romano de barro, pode ser confeccionada em várias cores e sua fixação é feita através de abraçadeiras de nylon.

Ainda de acordo com Formariz, o produto não resseca nem trinca, impede a ação de limo e fungos e suporta chuvas de granizo de pequena proporção e raios solares. “Elas estão preparadas para resistir a 85°C, muito além da temperatura que normalmente encontramos na superfície dos telhados, que é de 50°C”, informa. Segundo ele, a expectativa de vida útil da telha é de aproximadamente 40 anos, considerando que o Pet leva cerca de 300 anos para se degradar.

Diante de tantos benefícios, Formariz assegura que nem o preço mais elevado da telha plástica – R\$ 35,00 o m², contra

R\$ 19,00 (no mercado manauense) das convencionais – deve desestimular o consumidor. “Em compensação, nossa estrutura fica em R\$ 15,00, enquanto a tradicional varia de R\$ 65,00 a R\$ 75,00. No telhado como um todo, há vantagem”, calcula.

Para ele, o ponto mais forte da inovação é a questão da sustentabilidade. “O mais importante é a preservação ambiental, que é hoje uma necessidade. A reciclagem é o futuro da humanidade.” Ainda conforme Formariz, utilizando a tecnologia desde 2005, a empresa produz 40 mil telhas por mês, com 50 toneladas de garrafas Pet adquiridas de várias cooperativas de catadores em Manaus, gerando cerca de 500 empregos indiretos. “Para reduzir custos e contribuir com o meio ambiente, tivemos a ideia de criar alguns pontos de coleta seletiva para reciclar as garrafas que iam para o lixo e usá-las no nosso produto”, relata.